



2º SIMULADO
MPMG
PROMOTOR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para MPMG Promotor.
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MP-MG-Promotor-27-06>

| Cartão de Respostas | | | | | | |
|---------------------|--|----|--|----|--|----|
| 1 | | 21 | | 41 | | 61 |
| 2 | | 22 | | 42 | | 62 |
| 3 | | 23 | | 43 | | 63 |
| 4 | | 24 | | 44 | | 64 |
| 5 | | 25 | | 45 | | 65 |
| 6 | | 26 | | 46 | | 66 |
| 7 | | 27 | | 47 | | 67 |
| 8 | | 28 | | 48 | | 68 |
| 9 | | 29 | | 49 | | 69 |
| 10 | | 30 | | 50 | | 70 |
| 11 | | 31 | | 51 | | 71 |
| 12 | | 32 | | 52 | | 72 |
| 13 | | 33 | | 53 | | 73 |
| 14 | | 34 | | 54 | | 74 |
| 15 | | 35 | | 55 | | 75 |
| 16 | | 36 | | 56 | | 76 |
| 17 | | 37 | | 57 | | 77 |
| 18 | | 38 | | 58 | | 78 |
| 19 | | 39 | | 59 | | 79 |
| 20 | | 40 | | 60 | | 80 |

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

01. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.

b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.

c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

02. A EMBASA, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista responsável pela execução de políticas públicas de saneamento básico, em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa, no estado da Bahia, teve recursos bloqueados por decisão judicial, para pagamento de suas dívidas. A respeito do caso narrado, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consoante ao regime de precatórios, aponte a alternativa correta.

a) É inconstitucional o bloqueio ou sequestro de verba pública, por decisões judiciais, de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário.

b) A personalidade jurídica de direito privado da EMBASA afasta a aplicação do regime geral de precatórios prescrito na Constituição Federal.

c) A sociedade de economia mista (EMBASA) possui elementos que caracterizam suas atividades como mercantil, motivo pelo qual não pode ter privilégios diferentes do setor privado, de modo que os recursos da estatal prestadora de serviço público podem ser bloqueados por decisão judicial.

d) O Poder Judiciário tem poderes próprios para garantir o cumprimento de suas decisões, de modo que tendo sido cumprido o devido processo legal, os atos jurisdicionais constitutivos de bloqueio de verbas orçamentárias para pagamento de dívidas contraídas pela estatal são plenamente condizentes com os princípios da Administração Pública, especialmente a eficiência.

03. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP – ajuizou ação direta de constitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, contra a Emenda n. 94/2015 à Constituição de Rondônia, de iniciativa parlamentar, na qual se acrescentou norma geral de organização do Ministério Público estadual, sob argumentação de constitucionalidade formal. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP – não tem legitimidade ativa *ad causam*, uma vez que, embora de alcance nacional, representa não apenas o Ministério Público estadual, mas também o Ministério Público da União, que não é alcançado por normas estaduais.

b) Não há assunto de iniciativa privativa no processo de reforma da Constituição estadual, de modo que não se fala em constitucionalidade formal.

c) A Emenda 94/2015 à Constituição de Rondônia é constitucional porque subtraiu do Procurador-Geral de Justiça a iniciativa para deflagrar o processo legislativo das leis complementares estaduais, pelas quais se estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto dos Ministérios Públicos estaduais.

d) Normas da Constituição estadual não podem ser objeto da ação direta de constitucionalidade, de modo que em observância ao princípio da subsidiariedade, seria cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar o ato do poder público que violou a autonomia do Ministério Público.

04. O Ministério Público de Minas Gerais denunciou João, deputado estadual, por crimes comuns praticados durante o mandato. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

05. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.

06. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exercida sem a sanção do Presidente da República

- a) decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto na Constituição Federal.
- b) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- d) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

07. A filiação partidária é restrita ao eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A filiação partidária é considerada como deferida quando há o atendimento das regras estatutárias do partido, sendo entregue comprovante ao interessado no modelo adotado pelo partido.
- b) Para desligar-se do partido, o filiado deverá fazer comunicação exclusivamente ao órgão de direção municipal.
- c) Decorridos 10 (dez) dias da data de entrega da comunicação de desligamento do partido político, o vínculo considera-se extinto para todos os efeitos.
- d) Os órgãos dos partidos políticos não terão acesso às informações de seus filiados em respeito à intimidade prevista constitucionalmente.

08. A prestação de contas ocorrerá de maneira distinta quando o candidato concorrer as eleições majoritárias ou proporcionais. Com base na Lei nº 9.504/97, assinale a alternativa correta:

- a) Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas anual dos partidos, como transferência aos candidatos.
- b) Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na internet os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de campanha eleitoral, em até 5 (cinco) dias contados de seu recebimento.
- c) Fica dispensada da comprovação na prestação de contas a cessão de bens móveis, limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa cedente.
- d) Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o

caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, sendo permitida a exigência de apresentação de outros documentos para esse fim.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

09. Com base no entendimento dos Tribunais Superiores e na Lei 8.987/95, que disciplina os Serviços Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Lei 8.987/95, incumbe ao poder concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será daquele a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.
- b) No caso de descumprimento das normas do contrato de concessão pelo poder concedente, o contratado poderá interromper o serviço prestado, após prévio ajuizamento de ação judicial pleiteando a rescisão do contrato.
- c) Nos termos da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou autorização, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- d) Em situações excepcionais devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo poderá ocorrer sem prévia licitação.

10. No que diz respeito à Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do servidor público municipal de frustrar a licitude de concurso público configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sancionada a título de dolo ou culpa.
- b) A fixação de alíquota mínima do ISS inferior a 2% configura ato de improbidade administrativa.
- c) Nos termos da jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública dependem da presença do dolo genérico, da demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou do enriquecimento ilícito do agente.
- d) Não é cabível a aplicação de medidas executivas atípicas de cunho não patrimonial, tais como a apreensão de passaporte e a suspensão da CNH, no bojo do cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.

11. É incorreto afirmar acerca da desapropriação:

- a) A ação de desapropriação direta ou indireta, em regra, não pressupõe automática intervenção do Ministério Público, exceto quando envolver, frontal ou reflexamente, proteção ao meio ambiente, interesse urbanístico ou improbidade administrativa.
- b) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, por quanto presente o interesse público.
- c) Em ação de desapropriação, é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, ainda que os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.
- d) Declarada a utilidade pública, o poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização que conterá cópia do ato de declaração de utilidade pública, planta ou descrição dos bens e suas confrontações, valor da oferta e informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado aceitação.

12. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que

- a) O exercício da advocacia, desde que em causa própria, é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito.
- b) Os pagamentos indevidos ao servidor público decorrentes de erro administrativo, não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ainda que o servidor comprove que recebeu de boa-fé, demonstrando que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.
- c) Incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.
- d) Comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e prorrogações, os servidores temporários farão jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

13. Relativamente à Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do agente público de frustrar a licitude de processo licitatório configura ato de improbidade administrativa sancionada a título de dolo ou culpa, desde que haja comprovação da efetiva lesão ao patrimônio público.
- b) É ilegítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.
- c) A decretação de indisponibilidade de bens dos réus em ação de improbidade administrativa pode alcançar bens adquiridos antes ou depois do ato ímparo.
- d) É imprescindível a demonstração de dilapidação patrimonial para a decretação da medida de indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa.

14. Relativamente ao tombamento, à requisição administrativa, à ocupação temporária e à servidão administrativa, é incorreto afirmar que:

- a) Os bens públicos tombados são inalienáveis. Admite-se, contudo, a transferência do bem entre os entes federados.
- b) De acordo com o STF, o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tombem bens de propriedade da União.
- c) A requisição administrativa pressupõe a existência de perigo público iminente, podendo recair sobre bens móveis, imóveis e serviços, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d) A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal, para o crime de contrabando.

16. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO
Mateus Pontalti

15. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

TEORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**Guilherme Rezende**

17. Sobre o Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos relativos à atividade-fim do Ministério Público são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Os atos praticados em sede de inquérito civil público, procedimento preparatório ou procedimento administrativo investigatório dizem respeito à atividade finalística, não podendo ser revistos ou desconstituídos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pois, embora possuam natureza administrativa, não se confundem com aqueles referidos no art. 130-A, § 2º, inciso II, CF, os quais se referem à gestão administrativa e financeira da Instituição.
- b) Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público revisar ato do Procurador-Geral, no âmbito de seu dever-poder de gestão e administração de sua unidade ministerial, que não desborde os limites da legalidade, proporcionalidade e moralidade.
- c) Estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação em vigor e da presente Resolução, os organismos policiais relacionados no art. 144 da Constituição Federal, excetuada a polícia legislativa, para que se garanta a separação de poderes.
- d) O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para: I – o respeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas leis; II – a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público; III – a prevenção da criminalidade.

18. Sobre o Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) Por força do princípio da unidade do Ministério Público (art. 127, § 1º, da CF), os membros do Ministério Público integram um só órgão sob a direção única de um só Procurador-Geral. A unidade, segundo o STF se dá entre o Ministério Público de um Estado e o de outro, bem assim entre os diversos ramos do Ministério Público da União.
- b) O ato processual de oferecimento da denúncia, praticado, em foro incompetente, por um representante, prescinde, para ser válido e eficaz, de ratificação por outro do mesmo grau funcional e do mesmo Ministério Público, apenas lotado em foro diverso e competente, porque o foi em nome da instituição, que é una e indivisível.
- c) A pretensão de um órgão do Ministério Público não vincula os demais, garantindo-se a legitimidade para recorrer, em face do princípio da independência funcional.
- d) Nenhuma afronta ao princípio do promotor natural há no pedido de arquivamento dos autos do inquérito policial por um promotor de justiça e na oferta da denúncia por outro, indicado pelo procurador-geral de justiça, após o juízo local ter considerado improcedente o pedido de arquivamento.

19. Sobre o Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) A avocação de atribuições de membro do Ministério Público pelo Procurador-Geral implica quebra na identidade natural do promotor responsável, já que não é atribuição ordinária da Chefia do Ministério Público atuar em substituição a membros do órgão. Essa hipótese de avocação deve ser condicionada à aceitação do próprio promotor natural, cujas atribuições se pretende avocar pelo PGJ, para afastar a possibilidade de desempenho de atividades ministeriais por acusador de exceção, em prejuízo da independência funcional de todos os membros.
- b) Nenhuma afronta ao princípio do promotor natural há no pedido de arquivamento dos autos do inquérito policial por um promotor de justiça e na oferta da denúncia por outro, indicado pelo procurador-geral de justiça, após o juízo local ter considerado improcedente o pedido de arquivamento.
- c) A atuação de grupos especializados (GAECO) não ofende o princípio do promotor natural, uma vez que, nessa hipótese, se amplia a capacidade de investigação, de modo a otimizar os procedimentos necessários à formação da opinião delicti do Parquet.
- d) São materialmente constitucionais as normas estaduais que restrinjam a capacidade eleitoral passiva de membros do Ministério Público para concorrerem à chefia de Ministério Público estadual aos Procuradores de Justiça, excluindo os Promotores de justiça.

20. De acordo com o STF, a quem incumbe a solução de conflito de atribuições entre membros de Ministério Público vinculados a Ministérios Públicos diversos:

- a) Ao STF
- b) Ao CNMP
- c) Ao STJ
- d) À Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

DIREITO PENAL

Alex Fadel

21. Assinale a assertiva correta.

- a) A importação clandestina de medicamentos pode configurar o crime de contrabando, sendo inaplicável, portanto, o princípio da insignificância, mesmo se for pequena quantidade, notadamente em razão do bem jurídico tutelado.
- b) No crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 218-B do CP), a vulnerabilidade relativa do menor de 18 anos deve ser aferida pela inexistência do necessário discernimento para a prática do ato ou pela impossibilidade de oferecer resistência, inclusive por más condições financeiras.
- c) Se o crime de furto for praticado por concurso de pessoas, será inadmissível o reconhecimento do privilégio previsto § 2º do art. 155 do Código Penal, mesmo diante da primariedade do agente e do pequeno valor da coisa.
- d) No caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de 1/3 a 2/3 a pena imposta.

22. Assinale a assertiva correta.

- a) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com pena de reclusão, de três anos a doze anos, e multa.
- b) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia, da injúria ou da difamação, fica isento de pena.
- c) Se Mévio prestar auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime praticado por seu pai, ficará isento de pena, por expressa previsão legal. Contudo, se Mévio emprestar sua moto para o pai cometer o crime de furto, será considerado partícipe.
- d) Não comete o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor (art. 311, CP) o agente que adulterar a placa de um semirreboque.

23. De acordo com a jurisprudência que prevalece, assinale a assertiva correta.

- a) Não há compatibilidade entre dolo eventual e o reconhecimento do meio cruel.
- b) A qualificadora “deformidade permanente” do crime de lesão corporal não é afastada se a vítima se recusar a fazer cirurgia para afastar o mal da deformidade.
- c) Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resultar lesão corporal de natureza gravíssima, e a vítima é menor de 14 anos de idade, o agente que instigou responderá por tentativa de homicídio.
- d) Caracteriza *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

24. Assinale a assertiva correta.

- a) Cabe violência imprópria no roubo impróprio.
- b) Mévio está passando as férias na casa de praia de sua tia, Lúcia. Em um momento de distração, Mévio furtou a carteira dela. Nessa hipótese, o crime somente se procederá mediante representação.
- c) O crime de sequestro e cárcere privado é crime material, inclusive quando praticado com fins libidinosos.
- d) O crime de perseguição, também conhecido como *stalking* ou assédio por intrusão, previsto no artigo 147-A do Código Penal, inserido pela Lei 14.132/2021, não admite tentativa.

25. Assinale a assertiva incorreta.

- a) O crime de alucinação é uma hipótese de delito putativo por erro de proibição ou erro de proibição invertido.
- b) Para a teoria da tipicidade conglobante, todo e qualquer fato típico há de se revestir de antinormatividade.
- c) Todo crime tem resultado jurídico, embora não se possa apresentar igual afirmativa em relação ao resultado naturalístico.
- d) O artigo 13 do CP expressamente prevê a aplicação da teoria da causalidade adequada no

Direito Penal brasileiro: causa é todo fato humano sem o qual o resultado não teria ocorrido, quando ocorreu e como ocorreu.

26. Assinale a assertiva incorreta.

- a) O crime progressivo é aquele em que, para ser cometido, necessariamente o agente atinge outro bem jurídico penalmente relevante. Já a progressão criminosa verifica-se quando ocorre a mutação do dolo do agente.
- b) Crime de olvido é o omissivo impróprio culposo.
- c) O tipo total do injusto pode ser compreendido como sendo a antijuridicidade tipificada e possui influência sobre a própria definição de dolo.
- d) É inadmissível a legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva.

27. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O nexo causal é analisado, na teoria do crime, dentro do fato típico, ao lado da conduta, resultado e tipicidade.
- b) Causa relativamente independente preeexistente, concomitante ou superveniente, exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- c) Para evitar o regresso ao infinito, sem necessitar da análise de elementos subjetivos, a teoria da imputação objetiva vai além do mero nexo físico entre causa e efeito (meramente naturalístico), e acrescenta um nexo normativo (imputação - valoração) de criação ou incremento de um risco proibido, de realização do risco no resultado e do resultado dentro do alcance do tipo penal.
- d) Pela teoria da equivalência dos antecedentes causais, a decisão colegiada e unânime dos 15 administradores de uma empresa poluidora traria um problema insolúvel: todas as teses de defesa poderiam alegar que, mesmo se não houvesse um voto, o resultado ocorreria (eliminação hipotética), logo, aquele voto não poderia ser tido como causa.

28. Sobre o 'iter criminis', aponte a alternativa correta:

- a) comportamentos periféricos, desde que externados e analisados de acordo com a proximidade ao núcleo do tipo e na perspectiva do plano individual do autor, podem ser tidos como o início de atos executórios.
- b) exaurimento do crime faz parte do 'iter criminis' e faz parte da tipificação penal
- c) crime imperfeito é aquele em que o agente não pratica todos os atos executórios que pretendia, por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) tentativa abandonada e acabada são sinônimos e se referem à modalidade de tentativa qualificada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

29. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima igual ou inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprevação e prevenção do crime, mediante condições.
- b) O acordo de não persecução é vedado nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.
- c) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.
- d) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ofende o princípio da não autoincriminação denúncia baseada unicamente em depoimento feito por pessoa que – ouvida na condição de testemunha – tenha confessado a prática de crime quando não lhe tenha sido feita a advertência quanto ao direito de permanecer calada.
- b) O não oferecimento de queixa-crime contra todos os supostos autores ou partícipes de prática delituosa implica a renúncia tácita ao direito de querela.
- c) A absolvição de outros implicados em ações penais por fatos semelhantes, pela falta de provas, prejudica a propositura da ação penal, por força da aplicação do efeito extensivo da decisão.
- d) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.
- d) Deve-se reconhecer a nulidade absoluta de sentença que, em descompasso com os limites traçados pela exordial acusatória, condena o réu por fatos não narrados na denúncia.

31. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Havendo deslocamento de competência para o Supremo Tribunal Federal (STF), todos os atos processuais devem ser renovados, sob pena de usurpação da competência da Corte Suprema.
- b) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.
- c) Mesmo nos processos de competência originária do Supremo Tribunal Federal, a instrução processual penal deve iniciar-se com a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação, realizando-se o interrogatório ao final.
- d) A existência concreta de indícios de envolvimento de autoridade detentora de foro por prerrogativa de função nos diálogos interceptados impõe a remessa imediata ao Supremo Tribunal Federal (STF).

32. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ressalvada a ocorrência de situações excepcionais, a perda do mandato parlamentar, por qualquer razão, importa em declínio da competência do Supremo Tribunal Federal (STF).
- b) O crime de redução à condição análoga à de escravo [Código Penal (CP), art. 149] caracteriza-se como delito contra a organização do trabalho. Logo, atrai a competência da Justiça Federal para processá-lo e julgá-lo, nos termos do art. 109, VI, da Constituição Federal (CF).
- c) Em princípio, os crimes praticados contra sociedade de economia mista não se submetem à competência da Justiça Federal; entretanto, competir-lhe-á processar e julgar ação penal referente a crime cometido contra sociedade de economia mista, quando demonstrado o interesse jurídico da União.
- d) A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa não prevenirá a da ação penal.

33. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo entendimento firmado pelo STF, o Ministério Público não pode requisitar diretamente dados bancários, dependendo em qualquer situação, de autorização judicial.
- b) A prova obtida mediante interceptação telefônica, quando referente a infração penal diversa da investigada, deve ser considerada lícita se presentes os requisiitos constitucionais e legais.
- c) Apreensões de documentos realizadas em automóvel, por constituir típica busca pessoal, prescinde de autorização judicial, quando presente fundada suspeita de que nele estão ocultados elementos de prova ou qualquer elemento de convicção à elucidação dos fatos investigados, a teor do § 2º do art. 240 e art. 244 do Código de Processo Penal (CPP).
- d) Expedição de mandado judicial de busca e apreensão sem indicação específica do endereço enseja imediata devolução de material apreendido, em procedimento realizado no bojo de persecução penal.

34. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em sendo os corréus serem advogados – atuando em causa própria – afasta-se a regra do art. 191 do Código de Processo Penal (Art. 191. Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente.).
- b) A inobservância do prazo para o oferecimento da denúncia não contamina o direito de apresentação do rol de testemunhas.
- c) O julgador do processo penal – mesmo que tenha tido contato com provas ou analisado a circunstância sob a perspectiva do processo administrativo ou cível – não está contaminado para efetuar análise jurisdicional posterior, na qual será aplicado outro arcabouço jurídico com ampla defesa e contraditório.
- d) É incabível a produção antecipada de prova testemunhal [Código de Processo Penal (CPP), art. 366] fundamentada na simples possibilidade de esquecimento dos fatos.

35. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A antecipação da prova testemunhal configura medida necessária quando, considerando-se a gravidade do crime praticado, houver a possibilidade concreta de perecimento de detalhes importantes dos fatos em decorrência do decurso do tempo.
- b) A prisão preventiva configura medida necessária quando, independentemente da gravidade do crime praticado, houver a possibilidade concreta de perecimento de detalhes importantes dos fatos em decorrência do decurso do tempo.
- c) A duração prolongada, abusiva e irrazoável da prisão cautelar de alguém ofende, de modo frontal, o postulado da dignidade da pessoa humana.
- d) A incoercibilidade pessoal dos congressistas [Constituição Federal (CF), art. 53, § 2º] é garantia de natureza relativa.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Alex Fadel

36. Sobre a Leis Especiais, assinale a assertiva incorreta.

- a) O particular que ocupa posição de garante poderá ser agente ativo do crime de tortura-castigo (art. 1º, II, da Lei n. 9.455/1997).
- b) O laudo preliminar, requisito para lavratura do auto de prisão em flagrante de crimes relacionados ao tráfico de drogas, poderá ser firmado, na falta de perito oficial, por pessoa idônea.
- c) Em caso de indiciamento de servidor público pela prática do crime de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- d) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

37. Assinale a assertiva incorreta.

- a) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- b) Para o STJ, é possível colher informações, em sede de interceptação telefônica, para investigar crime punível com detenção, desde que conexo com outro crime apenado com reclusão.
- c) O crime de lavagem de dinheiro admite qualquer infração penal como seu antecedente, inclusive as contravenções penais.
- d) Nos crimes de abuso de autoridade, a perda do cargo, do mandato ou da função pública não constitui efeito automático da condenação, estando condicionada à ocorrência de

reincidência em crime doloso, independentemente do *quantum* de pena aplicada.

38. Sobre a Legislação Penal Especial, assinale a assertiva correta.

- a) As penas aumentam-se de até 2/3 se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- b) Embora a tipificação da lavagem de dinheiro dependa da existência de uma infração penal antecedente, é possível a autolavagem, desde que sejam demonstrados atos diversos e autônomos daquele que compõe a realização da primeira infração penal, circunstância na qual não ocorrerá o fenômeno da consunção.
- c) A expropriação de bens em favor da União, decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, não constitui efeito automático da sentença penal condenatória.
- d) São meios de obtenção de prova, expressamente previstas na Lei 12.850/13, dentre outras, a ação controlada e a infiltrção, por policiais, em atividade de investigação. Ambas serão precedidas de circunstaciada, motivada e sigilosa autorização judicial.

39. Assinale a alternativa correta.

- a) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição poderão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- b) No caso de servidor público condenado pela prática de crime de tortura, a perda do cargo ou da função pública constitui efeito automático. Acarretará, ainda, a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- c) A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, dependerá de ordem judicial, sob segredo de justiça.
- d) A condenação anterior pelo art. 28 da Lei 11.343/2006 (porte de droga para uso próprio) é apta a configurar reincidência.

40. Assinale a assertiva incorreta.

- a) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável.
- b) É possível a determinação de interceptações telefônicas com base em denúncia anônima, desde que corroborada por outros elementos que confirmem a necessidade da medida excepcional.
- c) Crime de embaraçar investigação previsto na Lei do Crime Organizado (art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/13) é restrito à fase do inquérito.
- d) A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Júlia estava caminhando na calçada de uma grande avenida quando foi atingida em sua cabeça por uma garrafa de vidro, o que lhe causou grande dor e resultou em uma pequena operação com 20 pontos de costura para conter o sangramento. Após alguma pesquisa sobre a origem da garrafa, descobriu que ela foi jogada por algum hóspede do Hotel Cabaña, que possuía uma varanda da área de lazer exatamente acima do local em que foi atingida pela garrafa. Sem ser possível identificar exatamente qual o hóspede que jogou a garrafa que a atingiu, é correto afirmar que Júlia:

- a) nada poderá fazer, já que não identificou a pessoa que jogou a garrafa;
- b) poderá açãoar o Estado respectivo, pois é dever do Poder Público fiscalizar a atividade dos hotéis;
- c) poderá ajuizar eventual ação de reparação civil em até dez anos;
- d) poderá açãoar diretamente o dono do Hotel Cabaña para que repare os danos a ela causados.

42. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública.

43. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador.

44. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes.

45. Em relação às associações, vários são os quesitos obrigatórios em seus estatutos, a exemplo da previsão dos direitos e deveres de seus associados. Quanto a isso, não é um item obrigatório nos estatutos das associações:

- a) a denominação, os fins e a sede da associação;
- b) os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- c) as fontes de recursos para sua manutenção;
- d) a previsão do repasse anual dos lucros aos integrantes.

46. São também responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores, ainda que não estejam sob sua autoridade ou sua companhia;
- b) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, mesmo quando inexistir culpa ou dolo na ação do empregado;
- c) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.;
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

47. Em relação aos bens, é correto afirmar que:

- a) apenas quando separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico;
- b) são necessárias as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) os melhoramentos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário também são considerados benfeitorias;
- d) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

48. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação.

49. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação.

50. Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissão;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

51. No que tange aos critérios de modificação de competência,

- a) a competência determinada em razão do território, pessoa ou função é derrogável por convenção das partes.
- b) reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum pedido, as partes e a causa de pedir.
- c) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- d) quando houver continência e a ação continental tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

52. Jurisdição é o poder que o Estado tem de resolver os conflitos, substituindo a vontade das partes e impondo essa decisão coercitivamente. Assinale a alternativa que estabelece, de acordo com a teoria clássica, majoritária no Brasil, a característica da jurisdição voluntária.

- a) Tem caráter administrativo.
- b) Ocorre em um procedimento em que há interessados e formação coisa julgada.
- c) A jurisdição atua a partir de uma lide, na qual há conflitos de interesse.
- d) Tem por finalidade a atuação do direito e a pacificação social.

53. A respeito da cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A cooperação jurídica internacional pode ter por objeto a colheita de provas e obtenção de informações.
- b) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juiz de deliberação no Brasil.
- c) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em

reciprocidade, manifestada por via diplomática. Contudo, não se exigirá reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.

d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

54. Assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do interesse público envolvido, é obrigatória a intervenção do Ministério Pùblico nas ações indenizatórias propostas contra o Estado.
- b) O membro da Advocacia Pùblica será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- c) A intervenção do Ministério Pùblico é necessária em todos os procedimentos de jurisdição voluntária.
- d) A intimação pessoal dos membros do Ministério Pùblico e da Defensoria Pùblica far-se-á da mesma forma prevista para os membros da Advocacia Pùblica.

55. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A suspensão do processo por convenção das partes só poderá perdurar por, no máximo, seis meses, e o juiz determinará o prosseguimento do processo, assim que se esgotar o prazo.
- b) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, sempre.
- d) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.

56. Quanto aos capítulos da sentença, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Quanto à uniformidade do objeto de cognição, os capítulos podem ser homogêneos ou heterogêneos.
- II. Quanto à hierarquia, os capítulos podem ser independentes ou dependentes.
- III. A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
- IV. Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, devolve-se ao tribunal superior o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.

Estão corretos:

- a) I, II, III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.

57. No que diz respeito ao Mandado de Segurança, leia as afirmativas a seguir:

- I- É admitido o litisconsórcio, mas não a intervenção de terceiros no processo de Mandado de Segurança
- II- Deverá ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada.
- III- O Tribunal de Justiça, mesmo não possuindo personalidade jurídica própria, detém legitimidade autônoma para ajuizar mandado de segurança contra ato do Governador do Estado em defesa de sua autonomia institucional.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As três afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) As afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e III são verdadeiras.

58. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

59. Quanto aos recursos, é correto afirmar:

- a) Ocorrerá a preclusão consumativa do recurso para a parte que aceitar, ainda que tacitamente, sentença que lhe foi desfavorável.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- d) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente e será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e especial.
- e) A decisão deve ser impugnada no todo, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

60. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores a respeito dos recursos, pode-se corretamente afirmar:

- a) Configura erro grosseiro que impede a aplicação do princípio da fungibilidade a interposição de agravo em recurso extraordinário quando cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário observando a sistemática da repercussão geral.
- b) Não comprovação da divergência constitui vício que permite a complementação da fundamentação prevista no parágrafo único do art. 932 do CPC/2015.
- c) Não é possível a conversão do embargos de declaração em agravo interno, ainda quando houver nítido pleito de reforma do julgamento.
- d) Em nenhuma hipótese consideram-se prequestionados os fundamentos adotados nas razões de apelação e desprezados no julgamento do respectivo recurso.

DIREITO MATERIAL COLETIVO

Henrique da Rosa

61. Assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do STJ

- a) Os agentes políticos municipais não se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, quando ocorrer responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei n. 201/1967.
- b) A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é exclusividade do Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.
- c) Havendo indícios de improbidade administrativa, as instâncias administrativas ordinárias poderão decretar a quebra do sigilo telefônico.
- d) A indisponibilidade de bens prevista na Lei de Improbidade Administrativa pode alcançar tantos bens quantos necessários a garantir as consequências financeiras da prática de improbidade, excluídos os bens impenhoráveis assim definidos por lei.

62. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)

- a) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária. (Art. 4º LAC)
 - b) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade designada por cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa. (Art. 8º LAC)
 - c) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade designada e composta por 3 (três) ou mais servidores de carreira. (Art. 10 LAC)
 - d) A comissão atuante no processo administrativo deverá concluir o processo no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas. (Art. 10, §3º LAC)
- 63.** Não é sanção judicial, de acordo com a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)
- a) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
 - b) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração.
 - c) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
 - d) proibição de alteração do quadro societário.

64. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a Lei n. 13.146/15, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) As Ações Civis Públicas com base no Estatuto do Idoso serão ajuizadas no foro do local do dano, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa.
- c) Conforme a Lei n. 7.853/89, somente a Ação Civil Pública que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- d) Segundo a Lei n. 13.146/15, considera-se barreiras urbanísticas somente as existentes nas vias e nos espaços públicos ou de uso coletivo.

65. Sobre Direito do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- a) a instauração de inquérito civil, até o seu encerramento, obsta a fluência do prazo de reclamação acerca de vícios aparentes e de fácil constatação.
- b) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato ou vínculo do produto.
- c) Ao prever que também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados aos consumidores o CDC adotou a Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- d) Segundo CDC, toda a informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas não integra o contrato que vier a ser celebrado.

66. Assinale a alternativa incorreta em relação ao estatuto da pessoa com deficiência (lei 13.146/2015):

- a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.
- c) Desenho universal é a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- d) Barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

67. Assinale a alternativa correta em relação ao Estatuto do Idoso (lei 10.741/03):

- a) O Estatuto do Idoso, destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos.
- b) A garantia da prioridade ao idoso compreende atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- c) A garantia de prioridade compreende a prioridade na declaração e recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- d) A garantia de prioridade compreende preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas em relação ao idoso ou demais pessoas.

68. Assinale a alternativa correta, de acordo com os princípios de direito ambiental.

- a) Em linhas gerais pode-se afirmar que o princípio da prevenção deve ser lido como in dúbio pro natura. A ideia principal é resguardar o meio ambiente não se admitindo determinadas atividades (duvidosas) até que se saibam seus impactos sobre o meio ambiente.
- b) Em relação ao princípio da precaução, as atividades que envolvem o meio ambiente trazer impacto em algum grau. Desta maneira, ao haver a permissão de realização determinada atividade, deve-se assegurar que esta deva evitar ou reparar o eventual dano ambiental praticado.
- c) O princípio do poluidor-pagador impõe ao poluidor o dever de recuperar ou reparar integralmente ou indenizar os eventuais danos causados ao meio ambiente.
- d) Em relação ao usuário-pagador, o meio ambiente é passível de utilização, inclusive econômica. Desta forma, quem se utiliza do meio ambiente de qualquer forma, assim como se serve de seus recursos naturais, deve suportar seus custos, salvo comprovada hipossuficiência econômica.

69. Em relação ao Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001), é instituto jurídico e político da política urbana:

- a) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
- b) Plano diretor.
- c) Plano plurianual.
- d) Gestão orçamentária participativa.

70. Em relação à lei 10.216/2001 (pessoas portadoras de transtornos mentais), pode-se afirmar:

- a) Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados na lei, dentre os quais: ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades.
- b) É permitida, desde que por prescrição médica, a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares.
- c) Internação involuntária é aquela determinada pela Justiça.
- d) O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente, do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Henrique da Rosa

71. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do STJ sobre o processo coletivo:

- a) O Ministério Público tem legitimidade para atuar em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública visando tutelar direitos dos consumidores relativos a serviços públicos.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de assegurar os interesses individuais indisponíveis, difusos ou coletivos em relação à infância, à adolescência e aos idosos, menos quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de assegurar assistência médica e odontológica à comunidade indígena, em razão da natureza indisponível dos bens jurídicos salvaguardados e o status de hipervulnerabilidade dos sujeitos tutelados.

72. Assinale a alternativa incorreta em relação à lei 7.347/1985:

- a) As ações previstas na lei 7.347/85 serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- b) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) O direito à educação consta expressamente no rol de bens jurídicos tuteláveis pela lei 7.347/85, previsto no art. 1º da respectiva lei.

73. Assinale a alternativa incorreta em relação aos princípios do processo coletivo:

- a) Princípio da indisponibilidade, diz que o autor da ação coletiva não pode abdicar de seu objeto. Este princípio atualmente é flexibilizado em razão da possibilidade de desistência fundada da ação civil pública.
- b) Princípio do máximo efeito da tutela coletiva, por meio do qual a decisão em processo coletivo não pode prejudicar, mas somente beneficiar as pessoas. Isto se dá em razão do fato que a legitimação para o ingresso das ações é extraordinária e independe de qualquer autorização expressa conferida anteriormente ao legitimado.
- c) Princípio do interesse na instrução processual, onde se busca o pronunciamento do Poder Judiciário sobre o tema central da controvérsia coletiva, a ser dirimido na instrução processual.
- d) Princípio da integratividade, por meio do qual, em razão do microssistema de tutela coletiva, aplica-se a integração de vários diplomas legislativos.

74. Sobre as ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos no CDC, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre que possível, como fiscal da lei. Trata-se do princípio da indisponibilidade mitigado.
- b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local do foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
- c) Em caso de procedência ou improcedência do pedido, a condenação será específica e limitada, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- d) A liquidação e a execução de sentença somente poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, em forma de execução especialíssima.

75. Sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Para o recebimento da petição inicial de ação de improbidade administrativa, aplica-se o princípio do in dubio pro societate.
- b) A ação de improbidade administrativa pode ser ajuizada exclusivamente contra o particular beneficiário, sem a presença do agente público, no polo da demanda.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir vantagem patrimonial pecuniária indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º da Lei 8.429/92.

76. Sobre a convenção coletiva de consumo, prevista no Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar:

- a) O Ministério Público não é parte legítima para firmá-la ou integrá-la.
- b) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.
- c) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.
- d) A convenção obrigará os filiados às entidades signatárias, bem como os órgãos de defesa do consumidor, públicos e privados.

77. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do STJ sobre o processo coletivo

- a) O Ministério Público tem legitimidade para atuar em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública que trate de matéria previdenciária, em face do relevante interesse social envolvido.
- c) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública visando tutelar direitos dos consumidores relativos a serviços públicos.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses e direitos individuais homogêneos pertencentes a consumidores decorrentes de contratos de cessão e concessão do uso de jazigos em cemitérios.

78. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do STJ sobre o processo coletivo

- a) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o fim de impedir a cobrança abusiva de mensalidades escolares.
- b) O Ministério Público Estadual possui legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando defesa do bem da União.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a cessação dos jogos de azar.

d) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular concurso realizado sem a observância dos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

79. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do STJ sobre o processo coletivo

- a) A Defensoria Pública detém legitimidade para propor ações coletivas na defesa de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- b) A apuração da legitimidade ativa das associações e dos sindicatos como substitutos processuais, em ações coletivas, passa pelo exame da pertinência temática entre os fins sociais da entidade e o mérito da ação proposta.
- c) É possível a inversão do ônus da prova da ação civil pública em matéria ambiental.
- d) O art. 18 da Lei n. 7.347/1985, que dispensa o adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, dirige-se ao autor e réu da ação civil pública.

80. Assinale alternativa incorreta em relação ao Mandado de Segurança Coletivo, previsto na lei 12.016/2009.

- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Ministério Público.

Todas as assertivas, com exceção da 'd' estão no texto do art. 21, caput, da LMS.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-MP-MG-Promotor-27-06>



Estratégia
Carreira Jurídica